



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

4 Anos
de
Edição
2021-2025

ANO IV

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da
COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO V-Nº4

Data de fechamento: 29/09/25

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni
Gabriela Magalhães Sabino
Revisoras do projeto

Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica





IMPERDÍVEL: entrevista com uma leitora assídua da Pasquim Feminista.

por: Maria Meire de Carvalho - professora da UFG, poetisa e coordenadora da Coletiva Feminista GSEX e da Pasquim Feminista.

1. Quem é a Dona Fátima, onde reside e o que faz nessa vida ?

Fátima, responde:

“Sou Fátima Gonzaga de Brito, estou com 53 anos e sou a terceira filha de cinco irmãos. Sou nascida e criada na cidade de Goiás, morei em várias fazendas da região e, por fim, na Rua Santo Amaro, mais conhecida como Rua Quebra Coco, nas proximidades do Bairro João Francisco, área periférica da cidade. Sobre meus estudos, estudei até a 8ª série, do Ensino Fundamental, parei de ir à escola para poder trabalhar. Sou uma mulher comum que nunca desistiu de viver. Trabalhei de doméstica deste meus 15 anos, por último, mais recente trabalhei cuidando de uma república de estudantes do curso de Direito da UFG, na cidade de Goiás.

No ano de 2007, mudei para a Fazenda Ouro Quente, localizada na divisa dos municípios de Goiás com Itaberaí, onde resido até hoje e trabalho como cozinheira.

Quando trabalhei na república dos estudantes, a convivência com eles me despertou para a leitura, aprendi e aderi ao hábito de ler, gosto das leituras e sempre incentivei meus filhos a lerem também.

Por falar em filhos, tenho cinco, três nascidos do útero e dois nascidos do coração. Fui mãe bem jovem, a primeira filha tive com 19 anos e solteira, depois casei com meu companheiro com quem eu vivo há mais de 32 anos, fui mãe experiente também, tive o meu caçula aos 38 anos de idade.

Hoje, somente o caçula reside comigo, Samuel que está com 15 anos, os outros filhos tem vida independente.”

2. Fale um pouco sobre sua rotina no dia a dia

Resposta da Fátima:

“Minha rotina aqui na fazenda inicia bem cedo. A fazenda é de produção com plantações e confinamento de gado. Bem cedo faço o café e já organizo o almoço, no mínimo, diariamente são oito (08) funcionários fixos, porém tem época do ano que chega a ser vinte e cinco (25) trabalhadores na roça - trabalham de domingo a domingo e sou eu quem cozinho e cuido de toda casa.

Após o almoço vem a rotina doméstica da arrumação: limpo a casa, lavo e passo roupas e cuido do quintal. É lá no quintal que eu também consigo um tempinho para a leitura.

Aproveito quando fico sozinha, pois no período que o Samuel está na escola eu me dedico um pouco mais a ler. Ao entardecer, já dou início ao jantar. Não gosto de sair de casa, sou bem caseira e procuro meu lazer em casa mesmo.”



Continua na próxima página...

3. Como a senhora conheceu e teve acesso ao Jornal /Magazine PASQUIM FEMINISTA?

“Olha, eu conheci a Pasquim Feminista através da rede social, no Instagram da Coletiva GSEX, onde sempre publicam os jornais novos, porém não consigo ler pelo celular, daí pedi aos meus meus filhos para fazerem a impressão do jornal em papel. Logo que recebo a PASQUIM eu leio todos os artigos e os poemas, o jornal me acompanha nas minhas horas de descanso e lazer.

A Pasquim Feminista sempre me chamou a atenção por dar voz para nós mulheres e tratar de temas de nosso interesse, às vezes, através da leitura do jornal conheço direitos que nem sabia que existiam.

E por fim, quero dizer que a minha filha Celisa também é leitora e escreve para o jornal, um orgulho pra mim que sou sua mãe e apreciadora dos escritos da PASQUIMFEMINISTA.”

“Uma palavra escrita não pode nunca ser apagada” (Carolina de Jesus)

por: Geovana Lara Clemente Rocha - mestrande no Programa de Direitos Humanos da UFG, membra fundadora da Pasquim Feminista.

A leitura de “Esperança Feminista”, de Déborah Diniz e Ivone Gebara, me tocou profundamente. Nesse livro encontrei verbos que se tomam modos de vida feminista. Entre eles, o verbo escutar me pareceu um dos mais revolucionários. Déborah nos lembra: “aprendi a escutar e deixar-me afetar com o feminismo” (p.20). Não se trata apenas de ouvir, mas de ser atravessada pela palavra de outras mulheres, pelas dores e resistências que carregam, pelas histórias que ainda não foram contadas. É preciso, como ela nos ensina, tornar-se uma escutadeira feminista.

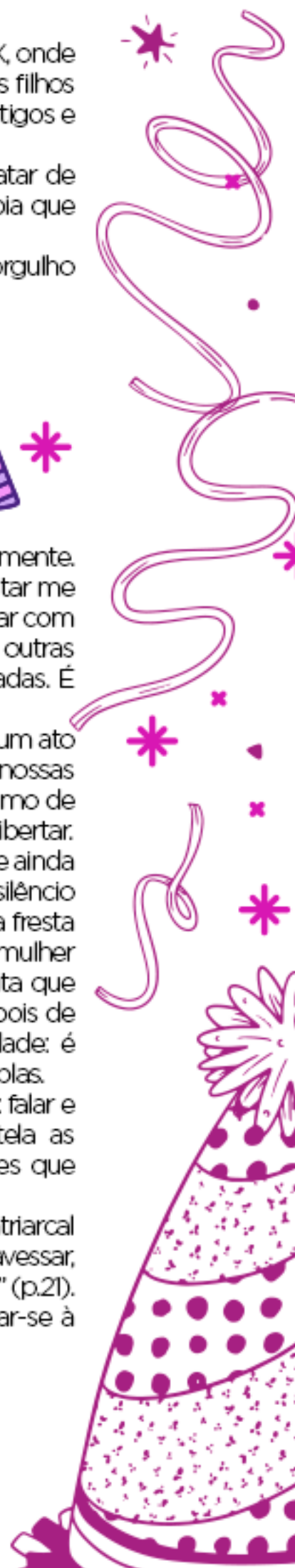
Escrever é um ato de resistência, ler é um ato de cuidado, e estar com outras mulheres é um ato de sobrevivência. É nesse encontro entre nossas palavras e silêncios, entre nossas escritas e nossas leituras, que cultivamos a possibilidade de outro mundo. Um mundo onde escutar não é sinônimo de subordinação, mas de partilha. Onde escutamos umas às outras não para disciplinar, mas para libertar.

Ser escutadeira feminista é, sobretudo, um compromisso com as mulheres e meninas que ainda não tiveram chance de ser ouvidas. É um chamado para não deixar nenhuma de nós no silêncio imposto. É continuar escrevendo e narrando, porque cada texto, cada voz, cada página é uma fresta aberta contra o patriarcado. O patriarcado teme a escuta feminista. Ele sabe que quando uma mulher escuta outra, a engrenagem do silêncio racha. É na escuta que germina a revolta. É na escuta que aprendemos a nomear as violências, a reconhecer o que tentaram normalizar em nós. “Só depois de muito ouvir passei a escutar” (p.21), escreve Déborah Diniz. E escutar aqui não é passividade: é transformar o que se escuta em arma política. É incendiar a narrativa única com mil vozes múltiplas.

O Pasquim Feminista faz quatro anos porque entende que o feminismo é verbo coletivo: falar e escutar, denunciar e acolher, insistir e reexistir. Escutar é revolucionário porque desmantela as hierarquias do patriarcado. Escutar é o que nos impede de reproduzir as mesmas exclusões que combatemos. Escutar é o que nos mantém vivas.

No feminismo, a escuta não é detalhe: é fundamento. Escutar é desmontar a ordem patriarcal que nos ensinou, por séculos, que nossa tarefa era calar. Não basta ouvir: é preciso deixar-se atravessar, deslocar-se, perder certezas. Por isso, Déborah insiste: “só depois de muito ouvir passei a escutar” (p.21). Escutar é prática que exige tempo, entrega, disposição para o incômodo. “É preciso entregar-se à escuta” (p.22).

Continua na próxima página...



Escutar, no feminismo, não é ato dócil, é insurgência. É recusar a lógica patriarcal que, como lembra Ivone Gebara, "hierarquiza o ouvir" (p.25). Se o patriarcado define quem merece ser ouvido, o feminismo rompe esse filtro: ninguém "dá voz" a ninguém. Todas já temos voz. O que falta é a escuta.

Ser Escutadeira Feminista é Incendiar o Silêncio. É transformar a palavra da outra em centelha, em insubmissão, em fogo que se espalha. Ser escutadeira feminista é escolher não desviar o olhar da dor, mas acolhê-la como denúncia coletiva. É recusar a neutralidade que mata. É escutar com a pele, com o estômago, com o corpo inteiro, deixando-se atravessar até o incômodo.

O patriarcado teme a escutadeira feminista porque sabe: quando uma mulher escuta outra, a engrenagem do silêncio se quebra. Escutar é fazer insurgir mil vozes onde antes havia apenas ruído abafado. Escutar é devolver a dignidade de existir, de nomear-se, de sonhar.

É por isso que celebrar os quatro anos do Pasquim Feminista é celebrar um coletivo que não só escreve, mas escuta. O jornal é escutadeira feminista: não "dá voz", mas amplia ressonâncias. Faz ecoar as vozes das mulheres que o patriarcado insiste em silenciar. No Pasquim, escrever é forma de falar, ler é forma de escutar, estar com mulheres é forma de sobreviver.

Escutar é prática radical porque nos obriga a encarar as diferenças, os conflitos, as desigualdades entre nós. Escutar é revolução porque faz da palavra da outra o início de um levante coletivo. Escutar é feminismo vivo.

Vida longa ao Pasquim Feminista, às mulheres que aqui deixaram seus escritos e às escutadeiras que o leram.

Silêncio estruturado: do Brasil político à distopia literária

por: Karina Reis - Jornalista e Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade, UEG. - karina.reis0@gmail.com



Vivemos em um Brasil marcado por retrocessos na pauta dos direitos das mulheres e por um ambiente em que o silenciamento feminino ganha novas formas. Parlamentares e ministras, mesmo ocupando alguns dos espaços mais altos da República, ainda são alvo de desqualificações, chacotas e tentativas de supressão de sua voz. Não raro, denúncias de misoginia e violência política de gênero se convertem em mais ataques, numa engrenagem que mantém mulheres à margem do poder.

Nos últimos anos, proliferam episódios em que gestos de fala são interrompidos ou ridicularizados nas tribunas. Debates públicos são dominados por discursos masculinos e, nos bastidores, impõem-se pressões para que mulheres recuem. O recente enfraquecimento de políticas públicas para o enfrentamento à violência de gênero e a lentidão nas respostas às denúncias de assédio e feminicídio mostram que o projeto de silenciamento é, ainda hoje, uma realidade no país. A observação desse contexto permite perceber como o controle sobre a voz das mulheres é um elemento estruturante da exclusão política e social. Vox, romance de Christina Dalcher lançado em 2018, utiliza a ficção para tornar extremos esses mecanismos. Nele, a imposição de um limite de cem palavras diárias, monitoradas por um dispositivo eletrônico, ilustra de forma explícita o cerceamento da expressão feminina. O sistema pune qualquer desvio com choques elétricos, cuja intensidade aumenta conforme a transgressão. O que parece distópico adquire sentido quando comparado à realidade, em que o silêncio também é imposto, mas por outros meios: interrupções, deslegitimação de relatos, falta de respostas institucionais e decisões políticas que dificultam a autonomia das mulheres.

Ao formalizar, por meio da tecnologia, um tipo de vigilância já presente de modo sutil na vida cotidiana e nos espaços públicos, o romance convida à reflexão sobre como regras e costumes moldam o acesso das mulheres ao debate, à formulação de políticas e à ocupação de cargos de liderança. Não há aparelhos nos pulsos, mas há normas, hábitos e escolhas coletivas que limitam onde, quando e como as mulheres podem falar e serem ouvidas.

A literatura não apenas denuncia, mas amplia as possibilidades de enxergar esses processos e questionar suas consequências. A radicalização do controle na ficção funciona como espelho de práticas que, no cotidiano, comprometem o direito de mulheres de influenciar decisões e de atuar plenamente na sociedade.

Reconhecer e combater mecanismos de silenciamento, em qualquer de suas formas, é uma responsabilidade coletiva e permanente. O direito à palavra, à escuta e à presença na vida pública precisa ser garantido para todas as pessoas, independentemente de gênero. Só assim será possível transformar estruturas excludentes em uma sociedade realmente democrática, que já não aceita ou naturaliza o silêncio imposto!



Alvo equivocado

por: Juliane Veiga - escritora de contos.

Quando ela se casou, colocando em exercício toda sua capacidade de amar, disse a ele: amarei você para sempre, enquanto viver. Acreditando que assim devesse ser, entregou-se inteira e, confundindo-se com ele, passou a nele existir. Surda que era, mais ainda, negligente, contentou-se com o silêncio, pensando com isto ouvir uma espécie não dita de reciprocidade e propósito daquele homem em relação a ela. Não percebeu que a ausência de compromisso, com o qual o silêncio dele se lhe apresentava, era a resposta e a promessa negativas para tudo o que sua intensidade insensata a ele entregava sem reservas de prudência. Enquanto dizia amarei sempre você, o silêncio dele nada prometia. Ela, entretanto, carente demais, sem saber ao certo com o que lidava, encontrava justificativa: ele é econômico com as palavras.

Ela queria se enganar, precisava se enganar. Precisava muito que ele a quisesse, constantemente, da forma como, por vez ou outra, sugeria lhe querer - apenas sugeria lhe querer. Não pôs em questionamento se ele era mesmo como, vez por outra, aparecia sendo ou se era ela a pensar e querer que assim ele fosse. Ansiava por receber o que ele nunca quis lhe dar. Chegou a pensar ter dado contornos imaginários ao seu parceiro, mas, não, depois entendeu, foi levada por indução a criar, numa estratégia bem pensada de controle, um companheiro ideal inexistente para com ele conviver sem reclamar daquele outro com quem, de fato, vivia. Diferença qualquer fará agora para ela saber se foi devaneio seu, ou se foi habilmente conduzida a experimentar esta vivência idealizada alienante. Sente que tudo se perdeu, lhe parece que sua vida se esvaiu sem sua interferência positiva, que foi tragada pelo engano.

Do que reclamo, então, se tudo está perdido? Do que reclamo? Ela se põem a indagar. Gostaria que ele lhe respondesse, mas, como de hábito, nada vai pedir. Sabe que é inútil, ele nada dirá. Do que posso reclamar se tudo entreguei sem que, declaradamente, nada me tivesse sido pedido? Ela, quase obsessiva, continua a se perguntar, apesar de há muito ter emudecido. Errei, conclui. Constata, frustrada, ter passado a vida focada em alvo equivocado. Como, pois, posso, agora, depois de tudo ao que silencieei, pedir que ele se posicione de maneira assertiva se, antes, nunca o exigi? São perguntas que lança para si como estratégia para lhe facilitar o raciocínio, abrindo caminho para a doída certificação de seu erro.

Compreende que é só. Percebe que esteve, até então, olhando para um grande totem profano, inexpressivo, visto somente por ela. Entende que errou sozinha e que só sempre esteve na literalidade do seu existir. Apesar disto, está aprendendo a bastar-se por si mesma, constata satisfeita. Sabe que está na fase final de seu processo de emancipação.



Antes eu queria respostas, agora eu quero sentimentos

por: *Lara Marcela Bertasso Silva - escritora, artista, psicóloga infantil e pesquisadora em temas sobre gênero, artes e sexualidade.*



Eu não sei como começar um artigo. Não sei quem sou e nem quero saber. Antes eu queria respostas, agora eu quero sentimentos. Há tanto tempo racionalizei, que deixei de prestar atenção nos movimentos ousados da vida. Ando lendo a rainha – Conceição Evaristo, e talvez seja essa a marca que eu quero deixar aqui.

Evaristo transpõe os limites da escrita por meio de sua escrevivência – escre-VI-VENDO. Parece ser tão simples e tão complexo. A rainha diz que quem mais nos ensina pode estar em casa, na rua, no parque, e não em uma escrita morta e eurocêntrica.

Conceição é viva a ponto de puxar a sua ancestralidade, seu afeto, NOSSA Povoada. Sued Nunes bem nos fala: “quem falou que eu ando só, nessa terra, nesse chão de meu Deus, sou uma, mas não sou só”. Ando lendo “Canção para Ninar Menino Grande”, de Evaristo, e me sensibiliza a maneira como sua escrita está sempre marcada pelo elemento da água, como em Olhos d’Água: “os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava. Chorava, chovia” (p. 12).

Escrevo na folha do meu planner, o livro de Ninar ao meu lado e meu gato Floki em cima da mesa, suplicando pela atenção que eu não estou dando agora (sinto muito, Flófló). Como eu amo esse gatinho, como é bom aprender com os animais e com a natureza! Hoje mesmo, na aula de “Saberes localizados em Saúde Mental” (06 de setembro de 2025), o professor questionou sobre a ideia de visualizarmos os humanos como seres racionais e superiores. Essa visão cartesiana e ultrapassada de que somos “melhores”. Que porra é essa? Vamos de Ubuntu: “sou o que sou, porque nós somos”. Eu aprendo com o Floki todos os dias quando me proponho a largar essa rotina insalubre e permitir que ele me mostre como ele gosta de ser acariciado. Ou quando eu estava lendo na rede com a minha cachorrinha Memel, e o Floki estava deitadinho no chão, se limpando, vagorosamente. Sem se preocupar com o que ele iria comer, com o trabalho incessante, com a rotina infinita, com o exercício físico em dia, com os sonhos que estão se tomando projetos. Enfim, com o futuro que nunca irá existir, pois o meu gatinho Floki, sabiamente, e sem pressa alguma, não está preocupado com nada disso. Ele está vi-ven-do, e nesse exato momento, dormindo em pé, em cima da mesa (sim, ele não está mais em cima do meu livro). Agora ele resolveu se aprumar e, como quem não precisa pedir nada, e apenas ser, deitou-se calidamente no meu colo.

Espero que vocês tenham um Floki e uma Memel na vida de vocês, pois são eles o meu frescor para ter dias mais serenos, com menos pressa e mais sutileza. Xêro! Axê!



Presença viva na encruzilhada da história: a urgência e a atualidade de Lélia Gonzalez

por: Alessandra Souza Nascimento de Oliveira é servidora pública federal. É doutora em Política e Cultura pela Universidad Del Comuhaue - Universidade Pública da Argentina Neuquén - Rio Negro.

Não por acaso, Lélia Gonzalez vem conquistando o espaço acadêmico. Seu discurso tem sido um convite a reflexões atuais, embora mantida à margem da produção mainstream. Ainda assim, sua voz sempre se mostrou igualmente — ou até mais que outrxs autorxs — proeminente e assertiva ao retratar a realidade da mulher negra brasileira. De fala e escrita acessível e erudita, ao mesmo tempo, Lélia sempre demonstrou ser alguém de valor inestimável e de um pensamento capaz de romper com a linearidade do tempo.

Para mim, é mulher atemporal, expressão de um movimento constante e em permanente evolução. O mais breve contato com sua obra já nos ensina a olhar o mundo como uma encruzilhada em que presente e passado se entrecruzam, criando conexões profundas e necessárias. Sua análise cirúrgica da sociedade brasileira, sobre a figura da mãe preta e a denúncia do racismo por denegação ancorada na psicanálise, a consagram como intelectual de vanguarda. Lélia foi pioneira em articular gênero, raça e classe de forma entrelaçada, abrindo caminho para o que mais tarde seria consolidado como interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw. É, portanto, fonte inquestionável de inspiração. Personalidade ancestral que, por sua vez, se nutriu das tradições iorubás que povoaram seu pensamento a partir de África.

Resgatar Lélia é, para a mulher negra, pobre, periférica, trans e todas as pessoas conscientes de seu lugar no mundo, um exercício profundo de ressignificação. Seu legado é um fio condutor de novas formas de ser, sentir e perceber, despertando subjetividades vivas e pulsantes. A produção contemporânea negra, herdeira de sua obra, ocupa hoje espaços físicos e digitais, tensionando a lógica patriarcal, imperialista e eurocentrada, para ceder lugar às experiências do Sul global — que vieram para ficar, gerar frutos e, se necessário, transgredir com maestria. Assim, o convite é materializar o pensamento dessa mulher que inspira e não se limita ao passado, mas atualiza o ancestral no presente. Sequer é preciso devorar o outro, mas reconhecer narrativas diversas e des(igualmente) legítimas. Portanto, não se trata de fomentar o caos, mas de reorganizar — e emancipar-se. Como nos lembra Yhuri Cruz em sua Pretofagia (2019): “é a boca que come a si, um movimento autorreferencial, de memória, entre o passado-presente e o passado-futuro”. Reverenciar Lélia é mais que assimilar uma forma de pensar: é estratégia de vida, amadurecimento crítico e crescimento pessoal.

É se reconhecer preto ou parte dele, resgatar sua escrita, sua arte e sua produção cultural em primeira pessoa. Uma pretofagia que se concretiza na dor e no prazer do reconhecimento, multiplicando a existência de corpos e mentes dissidentes. Dessa forma, saúdo Lélia e todas as mães pretas que, mesmo na dor, embalaram e alimentaram o afeto que nos constitui. Eis o verdadeiro fundamento de nossa nação, mesmo que, ainda hoje situados no divã, não tenhamos superado a denúncia da denegação freudiana que, como bem apontou Lélia, enaltece o corpo negro no carnaval e o oprime no cotidiano. Nesta encruzilhada nos cabe decidir: sucumbir ao passado de escravidão, ávido por deformar de vez nossos sentidos ou seguir iluminados por “Lélias”. Uma coisa é certa: a decolonialidade do poder e do saber não é mera doutrina acadêmica, mas exercício ético e estético que rompe a lógica da reificação. Eis aqui o que Lélia semeou em mim: a certeza de que é possível tecer novos caminhos para um futuro plural, que o tempo pode ser cura e que também já eu sou uma ancestral do futuro, sussurrando um outro mundo possível que se constrói no hoje, e agora.



Travessia em preto e brilho

*por: Cristal Silva Reis - estudante da UFG e modelo.
E-mail: afabulousblack@gmail.com*

Sou uma mulher travesti negra de 22 anos. E só nesse início de apresentação já carrego o que muitos tentam apagar: minha existência inteira. Sou a soma de muitas histórias silenciadas, mas também sou o grito que não se deixa mais calar.

Nasci num país onde corpos como o meu são constantemente colocados à margem — mas aqui estou, ocupando espaços que diziam não serem possíveis de ocupar. Entre dias fáceis e outros nem tanto, faço meu corre: trabalho com moda, eventos, sou universitária, sou estagiária e me jogo no que for possível para garantir minha sobrevivência e outras experiências. Não faço isso por escolha romântica, mas sim por necessidade e resistência. Aprendi desde cedo que a travesti negra precisa ser múltipla pra sobreviver, mas também pra viver.

E eu escolho viver, não apenas resistir. Cada trampo que eu pego é um degrau, é aprendizado, é um contato com o mundo. A moda, por exemplo, não é só estética: é linguagem, é armadura, é performance diária de quem entende que o vestir também é um ato político. Ser travesti negra é viver no atravessamento. É saber que o mundo não foi feito pra gente, mas mesmo assim a gente segue esperançosa e com estilo. É viver e fazer do cotidiano um palco, fazer da rua um lugar de criação, fazer da universidade um espaço de disputa e afirmação. E mesmo diante do cansaço, do preconceito, da invisibilização, sigo acreditando que nossa existência é revolução.

Muita gente tenta nos definir a partir da dor. Mas eu me recuso a ser lida apenas como sobrevivência. Eu sou desejo, sou saber, sou futuro. Quero ser vista em minha complexidade: rir alto, sonhar grande, amar livre. Quero ser reconhecida não só pelas lutas que carrego, mas pelas potências que crio. Não sou inspiração forçada, nem vitrine de superação. Sou uma jovem tentando construir uma vida digna, bonita e possível e, isso por si só, já é radical.

Estar na universidade é potência, é ocupar um lugar que, historicamente nos foi negado. Estar na construção artística é rasgar narrativas normativas e abrir espaço para outras formas de sentir e pensar o mundo. Estar viva, todos os dias, é uma escolha que faço com coragem. Se tem uma coisa que aprendi sendo quem sou, é que a vida não vai esperar a sociedade nos aceitar. Então a gente vai ocupando: com afeto, com presença, com atitude. Porque antes de qualquer identidade que me nomeia, o que sou é humana, complexa, contraditória e real.

E se ainda insistem em nos perguntar “o que você quer ser quando crescer?”, eu respondo: quero continuar sendo. Sendo eu, sendo forte, sendo livre.



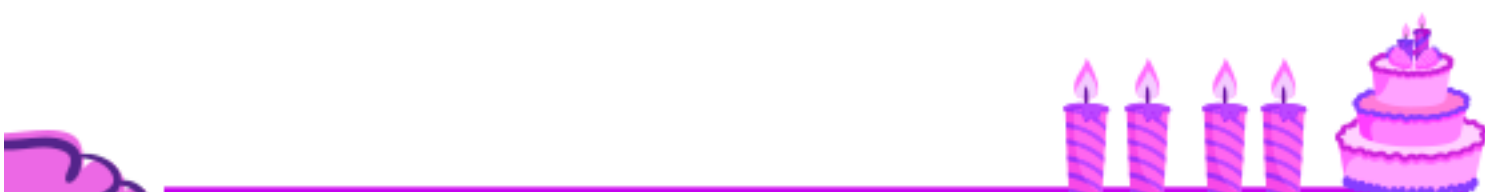
A aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial para Mulheres Negras no Sistema Judiciário Brasileiro

por: Izabela Lopes Jamar é advogada Criminalista. Especialista e Sistema de Justiça Criminal pela UFSC, Especialista em Processo Penal e Direito Penal pela ATAME-Brasília, Pós-graduada em Jornalismo pela FAVENI. E-mail: izajamar@gmail.com

O Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emerge como uma iniciativa fundamental para o sistema judiciário brasileiro, um ambiente historicamente permeado por desigualdades e vieses. Embora represente um avanço teórico significativo ao propor a desconstrução do racismo estrutural e institucional, sua aplicação prática, especialmente no que tange às mulheres negras, revela-se um desafio complexo e multifacetado. O documento, que se tornou de aplicação obrigatória, busca orientar magistrados sobre a consideração dos impactos do racismo nas decisões judiciais, abordando conceitos cruciais como interseccionalidade de gênero e raça, vieses inconscientes e branquitude. No entanto, a mera existência de um protocolo não garante sua efetividade.

Para as mulheres negras, a interseccionalidade de discriminações de gênero e raça as posiciona em uma vulnerabilidade acentuada no acesso à justiça. O protocolo reconhece essa realidade, dedicando uma seção específica que destaca a necessidade de uma abordagem sensível e atenta às suas particularidades. As perguntas e considerações propostas aos magistrados – sobre desafios específicos, acesso a recursos, histórico de violência/discriminação, segurança física e emocional, barreiras culturais/linguísticas e papel de cuidado – são vitais. Contudo, a internalização e a aplicação consistente dessas diretrizes exigem uma profunda mudança cultural e de mentalidade dentro do judiciário, que vai além da leitura de um manual. O racismo estrutural, muitas vezes implícito e tolerado, persiste e se manifesta na sub-representatividade de mulheres negras em posições de poder e nas próprias decisões judiciais. A jurisprudência ainda está em fase de construção, e embora haja uma crescente sensibilidade para as questões raciais, evidenciada em algumas decisões que expõem a discriminação no ambiente de trabalho, a aplicação direta e explícita do protocolo em casos envolvendo mulheres negras ainda é incipiente. A "Agenda Antirracista para Transformação do Sistema de Justiça" da Criola, por exemplo, aponta que o sistema de justiça frequentemente falha em proteger mulheres negras, perpetuando violências e barreiras, desde o atendimento inicial até a fase final dos procedimentos. A luta contra o racismo no judiciário é longa e árdua.

O Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial é uma ferramenta essencial, mas sua verdadeira eficácia dependerá de um compromisso inabalável de todos os operadores do direito em transcender a formalidade, combater ativamente os vieses inconscientes e aplicar uma lente racial e de gênero em cada caso, pavimentando o caminho para uma justiça verdadeiramente inclusiva e antirracista, que reconheça e valorize a dignidade das mulheres negras.



O poder da voz de uma mulher

por: Karine Rodrigues Jornalista e Mestra em Comunicação, Mídia e Cidadania - krdrigues4@gmail.com



Início este texto com uma lembrança recente de minha mãe e irmãs, que desde sempre, tentam limitar meus posicionamentos por medo de represálias. Da mesma forma que tento me expressar verbalmente com uma comunicação não violenta com as pessoas que estão ao meu redor e nos textos em que escrevo, tento dizer a elas que, por mais que eu tenha medo de alguma coisa, ele não pode me paralisar. A situação mais recente, foi quando me pediram para não fazer postagens em meu Instagram, cujo número de seguidores é insignificante, sobre a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu sobre a condenação do ex-presidente e do núcleo duro que planejou acabar com a democracia em nosso País. Não xinguei ninguém, não expus exatamente minha opinião, mas simplesmente elogiei com veemência a ministra do Supremo Cármen Lúcia e publiquei prints dos ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes com as legendas que a tv colocou no ar. Isso foi motivo para que elas, minhas irmãs e mãe, me indagassem com as seguintes questões: "Seus chefes estão no seu Instagram? Eles são a favor ou contra o ex-presidente?" Contive-me em responder que uns eu não sabia e outros apoiavam a decisão do STF. Mas isso já aconteceu várias vezes. Elas tentaram me impedir de colar um cartaz em meu carro, que fica na "Minha garagem" do prédio em que moro, com os dizeres "Bolsonaro genocida", enquanto o meu vizinho da garagem ao lado passou meses com o carro dele com os cartazes de "Deus, pátria e família". Isso foi durante a pandemia, enquanto milhares pessoas morriam todo dia. Eu acho que até demorei a colocar o cartaz. Fiquei com ele pregado no meu carro enquanto eu quis. Foi o meu jeito silencioso de rebater a opinião do vizinho de garagem e dizer que eu tinha e tenho voz. Vou lutar pelo direito de exercer meu direito de falar o que eu acredito, até o fim.

Sei que sou privilegiada, branca, com alto nível de instrução e jornalista. Por isso, acredito que minha voz vai a lugares onde as de outras mulheres, que não têm as mesmas condições de existir, que eu tenho, não vão.



Não posso deixar de dizer que fui ao delírio com o voto da ministra Cármen Lúcia, que definiu a condenação do grupo que atentou contra a nossa democracia. E a frase: "nós ficamos caladas por 2 mil anos e não vamos mais nos calar", bateu de forma significativa em mim. Desejo e espero em minha sobrinha, afilhada e primas mais jovens que possam exercer o poder de fala delas com sabedoria, como as que nos abriram caminho: Malala, Simone de Beauvoir, Léila Gonzales, Irmã Dulce, Madre Tereza de Calcutá, Cora Coralina, como todas as mulheres da esquerda brasileira, as mulheres de luta por um País melhor e por todas as que usam o seu poder de voz para o bem da próxima.



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

**COLETIVA
FEMINISTA
GSEX**



acompanhe nossas redes

  @coletivagsex